

Grupo dos Oito recusa cartel da dívida

Discutir experiências, idéias e sugestões sobre a atuação dos organismos multilaterais e a atitude dos países industrializados em relação a programas de redução da dívida externa, como na questão da revisão de seus regulamentos contábeis e fiscais. Foi dessa maneira que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, resumiu os objetivos da reunião do Grupo dos Oito (formado pelos países mais endividados da América Latina), encerrada ontem, depois de três dias de debates.

O encontro dos ministros da Fazenda desses países (Brasil, Argentina, México, Uruguai, Colômbia, Peru e Venezuela, com a ausência do Panamá) centrou os debates no chamado Plano Brady, a proposta norte-americana de se tratar da dívida externa do Terceiro Mundo através da redução de seu estoque. Pela manhã, chegando à reunião, Mailson frisou que a candidatura de cada País a esse plano, a aprovação pelos organismos financeiros multilaterais (como Banco Mundial e FMI) e a aceitação pelos bancos, vai de-

pendar da situação de cada um.

"Terão de ser levados em conta as condições domésticas, os ajustes que já estão sendo feitos. Todos compreendemos que não é possível a formação de um cartel ou frente única de negociação. Cada país tem seus problemas e é preciso levar tudo isso em consideração", enfatizou o ministro. Os debates foram interrompidos somente às 13h, para que os ministros e representantes fossem participar de um almoço na residência particular de Mailson da Nóbrega, para continuar a troca de idéias sobre economia e negociação da dívida, segundo informou o secretário para Assuntos I Internacionais da Fazenda, embaixador Sérgio Amaral.

OBSTÁCULOS

Dois pontos principais estão criando dificuldades para os países latino-americanos elaborarem suas propostas de redução da dívida, dentro do Plano Brady. A primeira delas é a legislação de alguns países industrializados em

relação a seus sistemas financeiros. Os Estados Unidos, por exemplo, adotam regras rígidas que inviabilizam a contabilização, pelos credores, da redução do crédito registrado junto a países devedores. Já a Lei japonesa é mais flexível e não cria empecilhos para essa redução. Assim, uma das propostas dos países devedores é a mudança na legislação. Caso contrário, poucos bancos iriam aderir ao programa de redução da dívida.

O segundo obstáculo é a exigência de um plano plurianual de redução, acompanhado de acordos com o FMI. Como a grande maioria dos países devedores tem troca de governo nos próximos anos, fica inviável o atendimento a essa exigência. Então, o Grupo dos Oito propôs esquemas alternativos de redução da dívida, a cada ano.

Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, o documento formalizado ontem é importante porque sintetiza opiniões externas no encontro de Brasília, contendo os parâmetros que orientarão cada país nos programas in-

ternos de redução de dívidas e de juros. Ressaltou, ainda, que o documento não definirá percentuais de redução, cabendo a cada governo adequá-lo à sua situação interna. Uma cópia será enviada a cada presidente e, somente depois disso, em meadas da próxima semana, será divulgado.

PRESENCAS

Dos participantes do Grupo dos Oito, dois mandaram representantes: Argentina, através do presidente do Banco Central, Enrique Vazquez, e Peru, com o diretor-geral de Crédito Público do Ministério da Economia e Finanças, Eduardo Cordova. O último dia de trabalhos incluiu as presenças do ministro da Fazenda e Crédito Público da Colômbia, Luis Fernando Mantilla; do secretário da Fazenda e Crédito Público do México, Pedro Aspe; do ministro do Planejamento da Venezuela, Miguel Rodrigues; e do ministro da Economia do Uruguai, Ricardo Zerbino, além dos assessores técnicos.